

# AS RAÍZES HISTÓRICAS E TEÓRICAS DO IMPERIALISMO

Andrea M Pennacchi MARCONDES<sup>1</sup>

**Resumo:** Imperialismo é um termo que foi cunhado no século XIX, utilizado para designar uma situação onde um Estado mais poderoso que os demais que estende controle ou autoridade sobre uma ou mais entidades estrangeiras com a finalidade de adquirir ou manter um imperium. Este artigo faz uma revisão das raízes históricas dessa modalidade de expansionismo territorial e de seu arcabouço teórico, analisando seu enfoque economicista, político e cultural, bem como o impacto do novo tipo de imperialismo que vem sendo adotado pelos Estados Unidos no mundo globalizado do pós-Guerra Fria.

**Palavras Chave:** Imperialismo. Militarismo. Expansionismo.

**“As leis se calam quando falam as armas.”**

Marco Túlio Cícero

Em termos teóricos, conceituar Imperialismo não é uma tarefa fácil, pois não há muito acordo acerca do significado da palavra, nem do fenômeno que ela pretende descrever. Etimologicamente falando, o termo cuja raiz latina é *imperium*, surgiu em meados do século XIX para descrever a *Pax Britannica* e geralmente era utilizado apenas para descrever a política comercial expansionista inglesa.

---

<sup>1</sup> A autora é mestranda em História pela Universidade “Julio de Mesquita Filho”, campus de Assis/SP e ministra aulas de Evolução das Ideias Sociais e de Sociologia para os cursos de Economia e Administração, respectivamente, das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” em Presidente Prudente/SP. Coordenadora de Grupo de Estudos Internacionais.

Suas origens intelectuais podem ser rastreadas até o século XIII e encontradas em Dante, que em sua obra “Monarquia” descrevia um mundo que tinha um único foco político e que era governado pelo racionalismo. Esse conceito exerceu influência em John Dee - um pensador neo-plantonista que foi quem cunhou o termo ‘Império Britânico’ no século XVI - e posteriormente, em navegadores como Sir Humphrey Gilbert e Sir Walter Raleigh, cuja ação empreendedora no Atlântico e Pacífico deu origem ao poderoso império marítimo que seria capitaneado pela Inglaterra por quase dois séculos.

Com o desenvolvimento dos estudos da história clássica no século XVIII e XIX, o termo Imperialismo passou a ser também utilizado em retrospectiva para descrever a política expansionista do Império Romano ou de outros impérios na Antiguidade, de forma que, como seu significado em diferentes eras tem diferido muito - para este estudo - vamos utilizá-lo para identificar a ocorrência de um fenômeno político, militar e econômico, onde um Estado mais poderoso que os demais estende controle ou autoridade sobre uma ou mais entidades estrangeiras com a finalidade de adquirir ou manter um *imperium*, seja através do domínio direto - com conquistas territoriais - seja através de métodos indiretos - como o controle da economia, política e cultura alienígena.

Podem ser observadas algumas correntes principais na análise do termo: a do imperialismo antigo, a do colonialismo expansionista, a marxista (economicista) e a humanista (político-ideológica), mas fica bem evidente, na maioria dos estudos, teorias e interpretações sobre o Imperialismo que a ênfase principal do processo é a dominação militar-econômica de um povo sobre outro.

No mundo Antigo, o Imperialismo acontecia quando um povo de maneira geral, representando uma determinada civilização ou religião, tentava dominar os demais criando um sistema de controle unificado. O império de Alexandre Magno ou o Império Romano têm sido os exemplos mais utilizados para explicar essa modalidade de dominação no Ocidente, mas além desses clássicos, também podem ser encontrados naquele período histórico muitos outros modelos de imperialismo que lhes guardam semelhança.

Na era moderna, entre os séculos XV e XIX, pode-se falar da grande expansão européia pelo Atlântico e em direção ao Pacífico, respectivamente, que começou sob a forma do colonialismo e que implicava em ampliar para novos mercados o comércio

---

ultra-marino.

Essa nova forma imperial não tratava de um único país que tentava unificar o mundo impondo seu controle sobre ele - como fora observado na Antiguidade - mas sim de uma disputa entre várias nações européias que competiam entre si para estabelecer domínio, inicialmente, sobre o continente americano e posteriormente, sobre a África e a Ásia.

Esse sistema colonialista e sua forma de domínio foram estruturados de acordo com a doutrina do Mercantilismo e como o objetivo de cada Metrópole era obter recursos que ampliassem o poder da monarquia e da burguesia nacional, foram racionalmente tomadas medidas políticas e militares que lhes permitissem exercer maior controle sobre o comércio de suas colônias e monopolizar os benefícios obtidos com sua exploração.

Em meados do século XIX, como consequência da Revolução Industrial, das inovações tecnológicas que ela trouxe em seu bojo e da necessidade de criação de novos mercados para ampliar o crescente volume de capital industrial que se acumulava, surgiu uma outra variante desse colonialismo expansionista, conhecida como imperialismo do livre-comércio ou neo-colonialismo.

O modelo mercantilista e os conseqüentes impérios oficiais derivados de sua prática estavam vivendo um momento de crise - consequência dos vários movimentos de independências que ocorriam nas colônias americanas. Para superar a transição da política intervencionista de Estado e atingir a plenitude do sistema liberal que começava a prevalecer principalmente na Inglaterra, ampliando o poder e a influência da Europa com a criação de um novo tipo de colônia, a expansão global passou a ser feita de maneira oficiosa, seja através de vias diplomáticas, seja de meios econômicos.

Esse tipo de prática expansionista batizada oficialmente como de 'livre-comércio' e incentivada principalmente pelos interesses liberais industriais, teve curta duração. No final do século XIX, todas as potências européias que haviam se imposto na Ásia e na África já haviam voltado a praticar uma forma de colonialismo, o neo-colonialismo ou o imperialismo moderno, que mesmo com nova roupagem e justificativas, continuava tendo uma atuação relacionada com a anexação territorial e com um controle monopolista sobre eles.

Quando após a 2ª. Guerra Mundial e durante a Guerra Fria, a maioria dos impérios que se formaram na fase monopolista, citada anteriormente, desintegrou-se e o mundo passou a ser palco do que poderíamos chamar de imperialismo econômico moderno.

A exploração direta de riquezas dos países do Terceiro Mundo deixou de ser manifesta de forma aberta e ostensiva, como durante o neocolonialismo, em virtude dos movimentos de descolonização e da expansão dos ideais liberais e democráticos defendidas durante o conflito mundial, já que em nome deles, muito sangue havia sido derramado.

De uma forma velada ou mais aberta, conforme a circunstância, tanto os Estados Unidos quanto as outras nações industrializadas européias - em razão de seu poderio econômico e de sua influência em algumas importantes organizações financeiras internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial - continuaram a exercer considerável controle sobre determinadas nações menos desenvolvidas tecnologicamente, mesmo que estas houvessem conquistado uma independência política oficial.

Em nenhum momento a retórica oficial deixou de justificar as intervenções e a continuidade da exploração através de um discurso humanitário de disseminação dos valores de liberdade e de democracia entre os povos mais atrasados, mas alguns setores mais iluminados da sociedade não poderiam deixar de perceber a evidência de uma nova forma de dominação, ou seja, a formação de um novo tipo de imperialismo, um imperialismo pós-moderno.

Antes de nos estendermos sobre essa nova modalidade de domínio, cabe ainda uma última reflexão: o que leva um Estado a procurar meios para constituir um *imperium*?

Já foi visto nos parágrafos anteriores que ao longo da história, as razões pelas quais os Estados aspiraram criar impérios podem ser classificadas, em termos gerais, dentro de três grupos: econômicas, políticas e ideológicas. Vejamos agora a sustentação teórica desse argumento.

As de caráter econômico são as utilizadas com maior frequência quando se tenta explicar o fenômeno do imperialismo. Seus defensores, como Lênin, por exemplo, em sua obra “Imperialismo, fase superior do capitalismo”, afirma que as nações se vêem impelidas a dominar as outras para expandir sua economia, adquirir matéria prima e mão de

obra ou para dar vazão a seus excedentes de capital e de produção e que dessa forma, o imperialismo seria como uma consequência inevitável da expansão do capitalismo. Muitos dos marxistas contemporâneos explicam a expansão dos Estados Unidos no Terceiro Mundo baseando-se nesses mesmos imperativos econômicos, mas acreditamos que esse aspecto, sozinho, não seria suficiente para explicar a totalidade da expansão global do poderio norte-americano.

Antes de Lenin, Rudolf Hilferding foi um dos pioneiros na análise marxista do imperialismo quando redefiniu o capital financeiro e procurou explicar o processo de acumulação que surgiu nos novos tempos a partir do re-direcionamento da nova estratégia expansionista burguesa.

Para ele, o capital financeiro cresceu com o desenvolvimento das sociedades anônimas e alcançou seu apogeu através do monopólio da indústria, ou seja, enquanto o capital comercial entrava em fase de degradação, o capital financeiro atingia seu ápice, completando-se assim o ciclo do capitalismo. Ele afirmou que nesse processo, o capital produtivo havia perdido sua força e se tornado cativo do capital financeiro, enquanto o poder dos bancos crescia de tal forma, que seus lucros usurpavam o crescimento da produção.

Quanto maior fosse a concentração da propriedade, mais os proprietários do capital fictício e do capital que dá poder às indústrias se integravam nos mesmos grupos e criavam monopólios que destruíam o livre-comércio e a livre-iniciativa.

Se os antigos livre-comerciantes adeptos de Adam Smith acreditavam no livre-comércio, não somente como a mais correta política econômica, mas também como um ponto de partida para uma era de paz, o capital financeiro, ao contrário, não tinha essa crença e o ideal 'humanitário' do primeiro foi substituído na prática pelo ideal do poder e da força do Estado pregado pelo segundo, transformando o imperialismo no elemento responsável por superar os velhos ideais liberais.

Em resumo, Hilferding procurou explicar o imperialismo como uma ideologia de expansão territorial e domínio sobre povos-nações, centrada na captura do Estado pelo capital financeiro e que o levava a ações político-militar-econômicas que garantissem a dominação e os lucros das grandes empresas em países subjugados. Para ele, a política imperialista do capital financeiro estava apoiada na ampliação do espaço

econômico, no protecionismo desse espaço contra a concorrência estrangeira e na sua exploração pelas associações monopolistas nacionais.

Lênin, posteriormente, irá reinterpretar o tema, tentando dar nova perspectiva à idéia de ‘super-imperialismo’ que estava sendo desenvolvida por Kautsky. Este teórico alemão defendia a tese de que as guerras imperialistas não eram inevitáveis e que seria possível haver um ‘acordo internacional do capital’ para se regulamentar pacificamente as relações externas entre os principais estados capitalistas e as grandes empresas, com o que Lênin não concordava, pois acreditava que antes do capitalismo tornar-se um truste único e mundial, os antagonismos, convulsões e conflitos internos o levariam inevitavelmente a implodir e a transformar-se em seu contrário, o socialismo.

“O Imperialismo surgiu como desenvolvimento e seqüência direta de propriedades essenciais do capitalismo em geral (...) e só se transformou no imperialismo capitalista num dado momento, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando certas de suas características fundamentais começaram a se transformar no seu contrario, quando se formaram e se revelaram plenamente os traços de uma época de transição para um regime econômico e social superior. (...) Imperialismo é a substituição da livre-concorrência capitalista pelo monopólio capitalista. A livre-concorrência constitui o traço essencial do capitalismo; o monopólio é exatamente o contrário da livre concorrência que nós vimos converter-se sob nossos olhos, em monopólio, criando nela a grande produção, eliminando dela a pequena, substituindo a grande por uma ainda maior, levando à concentração da produção e do capital a um ponto tal que fez e faz surgir os monopólios; os cartéis, os sindicatos patronais, os trustes e fundindo-se com eles, os capitais de dezena de bancos que reúnem bilhões. (...) O monopólio constitui a passagem do capitalismo a um regime superior e (...) se tivéssemos que definir imperialismo da forma mais breve possível, diríamos que ele é a fase monopolista do capitalismo.”(LENIN, 2002:87)

Lênin via o imperialismo, portanto, como a última etapa do capitalismo, representado por uma política expansionista do capital financeiro das metrópoles capitalistas sobre as novas colônias da Ásia e África. Ele afirmava que o imperialismo era uma contradição do capitalismo por causa da substituição da livre-concorrência pelo monopólio e que o Estado-nacional clássico garantia os interesses de reprodução ampliada

do capitalismo central e das grandes empresas.

Dizia ainda que as guerras de pilhagem e inter-imperialistas eram consideradas inevitáveis, fazendo parte do processo de desintegração do sistema capitalista. Quanto mais se ampliavam os monopólios, a oligarquia, a tendência à dominação em detrimento da liberdade e maior fosse a exploração de nações pequenas ou débeis por um punhado de nações mais ricas ou fortes, mais o capitalismo se tornaria parasitário ou em estado de decomposição.

Rosa de Luxemburg retoma o tema, afirmando que o desejo de maximizar o lucro leva o capitalismo a produzir muito além das necessidades do mercado interno e esse processo acaba levando à necessidade de se estabelecerem novos mercados em áreas sub-desenvolvidas.

Para promover maior maximização dos lucros, o capital deve ser exportado principalmente para áreas subdesenvolvidas, onde poderá ser investido não de acordo com as necessidades do país receptor, mas conforme os interesses dos países investidores. Isso implica, naturalmente, no fato de que o lucro seja transferido para os países industrializados, promovendo seu crescimento e desenvolvimento às custas da exploração de áreas mais atrasadas.

Ao compararmos as idéias dos pensadores econômicos acima, podemos perceber que seus argumentos ora se complementam, ora se conflitam na tentativa de justificar diferentes teorias que levaram à expansão imperialista, mas que todas implicam na evidente inabilidade do mercado de lidar internacionalmente com as conseqüências de uma permanente inovação tecnológica e que, mesmo sendo bem abrangentes, ainda não são argumentos suficientemente fortes para esgotar as múltiplas faces do termo.

Numa outra corrente, de caráter político e cujo mérito não será discutido neste trabalho, outros autores alegam que o imperialismo nada mais é que uma necessidade a ser cumprida pelos Estados que têm desejo de poder, prestígio, segurança e vantagens diplomáticas em relação aos demais. Segundo essa corrente, por exemplo, o objetivo do imperialismo francês do século XIX era simplesmente uma tentativa de recuperar o prestígio internacional da França depois da humilhação da guerra Franco-Prussiana.

Num outro exemplo, também nessa mesma linha, está a expansão da União Soviética no Leste europeu a partir de 1945, justificada por seus defensores não como uma

medida que visasse ampliar territórios ou vantagens econômicas, mas sim, de segurança preventiva: os russos viam essa postura como uma mera necessidade de proteger-se preventivamente de uma outra possível invasão a partir de suas fronteiras ocidentais.

Para complementar essa seqüência de justificativas para o Imperialismo, há ainda uma explicação que pode ser considerada ‘ideológica’ ou ‘moral’ para o desenvolvimento do Imperialismo. Segundo essa teoria, alguns países se vêm moralmente impulsionados à expansão com a finalidade de, com ela, ampliar sua influência e difundir seus valores políticos, culturais ou religiosos sobre os demais povos.

Ela explica, de uma certa forma e sob o aspecto religioso, algumas características da expansão do Islamismo na Idade Média e dos impérios ibéricos na Idade Moderna, mas são direcionadas principalmente para justificar a formação do Império Britânico nos séculos XVIII e principalmente XIX, utilizando o conceito da ‘responsabilidade’ do homem branco para com os povos mais atrasados, uma posição intelectual expressa magistralmente por Rudyard Kipling em sua obra “O Fardo do Homem Branco”.

No famoso poema, o poeta britânico retrata ideologicamente o homem não-europeu como uma criança, como um demônio, ou como ser inferior que precisa ser tutorado pela civilização ocidental – que tem o dever e encargo de governá-los - até que possa ‘ocupar seu lugar no mundo’.

“Carregue o fardo do Homem Branco;  
envie a nata de sua raça e sujeite seus filhos ao exílio  
para atender as necessidades de seus cativos;  
sirva sob pesada ardeio a povos selvagens e rebeldes,  
recém conquistados e soturnos, meio-demônios, meio-criança. (...)”

KIPLING, 1929

Em fevereiro de 1899, a primeira publicação desse poema coincidiu com a ratificação pelo Senado do tratado que colocava Porto Rico, Guam, Cuba e Filipinas sob o controle norte-americano. Theodore Roosevelt, que logo seria presidente da República, copiou o poema e o enviou a seu amigo, o senador Henry Cabot Lodge, comentando que “a poesia era fraca, mas que o poema tinha sentido no ponto de vista expansionista”, já que sua idéia principal reforçava de uma certa forma, o conceito do Destino Manifesto.

O Destino Manifesto era uma adaptação americanizada da ideologia daquele imperialismo providencialista e sob o ponto de vista teológico, uma versão secularizada da idéia bíblica do povo eleito escolhido pelo Todo Poderoso para incorporar aos Estados Unidos todas as regiões adjacentes em uma missão moral.

O conceito do ‘fardo do homem branco’, com sua visão eurocêntrica do mundo, foi um termo largamente utilizado no final do século XIX para justificar e encorajar as nações industrializadas a adotar a regra imperialista, apoderando-se de grandes porções da África e Ásia com o intuito ‘cristão e humanitário’ de levar o desenvolvimento e a civilização européia aos povos atrasados e ignorantes que as habitavam, regatando-os da barbárie.

Uma visão racista e condescendente, que cultiva a ascendência dos europeus sobre os outros povos, o ‘fardo do homem branco’ foi e continua a ser defendida sectariamente por algumas facções de poder nos Estados ocidentais contemporâneos sob o argumento de que é responsabilidade das nações mais ‘ricas’ ajudar a desenvolver as mais ‘pobres’ e que, como lei e ordem são elementos vitais para o desenvolvimento econômico e cultural de uma nação e que muitas vezes, são difíceis de serem mantidos entre povos ‘não-civilizados’, a intervenção estrangeira deve ser imposta aos nativos como uma necessidade.

No passado, alguns patronos desse tipo de imperialismo eurocêntrico, como o milionário britânico Cecil Rhodes, acreditavam sinceramente que a ‘missão do homem branco’ seria servir como funcionário público - como ‘servo’ de seus cativos - em um trabalho ‘benéfico’ que arrancaria os povos não ocidentais do estágio de pobreza e ignorância em que viviam.

Um outro exemplo dessa questão ideológica, no século XX, pode ser observado também ao analisar-se a expansão alemã ocorrida durante o governo de Adolf Hitler e constatar que ela baseava sua justificativa imperialista na crença da superioridade da raça e cultura alemã (*übermenschlich*) sobre os demais povos.

Nos dias de hoje, há um intenso debate a respeito do desejo dos Estados Unidos de “proteger o mundo livre” e se o tipo de poder que eles exercem sobre o mundo é efetivamente uma forma de imperialismo, uma vez que o colapso da União Soviética os transformou na única superpotência dominante.

Muitos teóricos norte-americanos refutam a ‘pecha’ imperialista,

considerando a mera noção de ‘Império’ uma ofensa grosseira contra sua herança democrática. Defendem-se afirmando serem uma nação que se viu impelida a tomar determinadas atitudes expansionistas muito mais impulsionada por imposições externas do que por vontade própria, reforçando o mito da ‘superpotência relutante’.

No cenário externo, entretanto – e mesmo para algumas vozes discordantes domesticamente - este argumento deixa muito a desejar, quando se observa as várias intervenções econômicas e militares feitas pelos Estados Unidos ao longo das últimas décadas e a grande influência política e cultural que exerce sobre vários países do hemisfério ocidental, mantendo-os sob seu controle.

Quando acabou a 2ª. Guerra Mundial ficou bem definido o papel que os Estados Unidos passaram a assumir como controlador de vários países no Oriente Médio, substituindo o enfraquecido Império Britânico e em contraposição à União Soviética. Desde 1945, seja por processos de descolonização, seja por questões de disputas políticas locais, governantes de países como Egito, Iraque, Arábia Saudita, Síria, Líbano e Israel passaram a ser fortemente influenciado pelos valores e comportamentos da sociedade ocidental através de suas ligações com a potência norte-americana, e esta não poupou esforços – nem militares, nem diplomáticos - para conspirar com a elite local que lhe era fiel, ajudando-os a promover golpes de estado e assassinatos de toda ordem para manter-se no poder através deles .

O debate sobre a questão do imperialismo nos Estados Unidos tem forte representatividade entre os Falcões ou os Hawks de Washington, políticos com tendências agressivas que repetem incessantemente o argumento de que o imperialismo expansionista que tem sido observado nos vários atos externos dos Estados Unidos nada mais é que uma necessidade pura e simples de cumprir o ‘Destino Manifesto’ que lhes foi imposto pela Providência Divina.

Para eles, a Guerra Fria não deve ser vista como uma batalha gigantesca pela supremacia geopolítica global, mas sim, como uma disputa que envolve a defesa dos valores da liberdade, versus a repressão. Portanto, tendo esses Falcões se arvorado de defensores da liberdade e por acreditarem que o termo imperialismo tem uma conotação negativa por implicar em tirania e repressão, não só não o aceitam como uma referência a si mesmos, como sentem-se no ‘dever’ de modernamente carregarem o ‘fardo do homem

branco' para levar todos povos 'meio-demônio, meio-crianças' os edificantes valores da ideologia ocidental.

Essa vertente agressiva de políticos que hoje faz parte dos altos escalões do poder e tem representantes como Donald Rumsfeld e Dick Cheney, também é conhecida como Realista, e tem dado seguimento a um traçado político cujas origens se revertem à guerra hispano-americana (1898).

Graças a eles, não existe atualmente nenhum país que apresente a extraordinária capacidade militar dos Estados Unidos, apesar de haver vozes – principalmente entre os norte americanos mais esclarecidos e mais apegados à tradição de George Washington - que se levantam para questionar e denunciar os atos militares praticados por seu próprio governo.

Debate à parte, há dois pontos nessa questão de expansionismo ou de imperialismo que ficam fora de qualquer tipo de debate republicano ou liberal-democrata e que são indiscutíveis: um deles é que o poderio militar dos Estados Unidos é hoje muito maior e muito mais sofisticado do que o de qualquer outro país, ou mesmo que o de vários países somados.

O outro é que existem centenas de bases norte-americanas espalhadas em pontos estratégicos de cada continente, cuja ostensiva força militar tem sido utilizada para exercer controle sobre todas as regiões que representem algum tipo de interesse econômico para suas mega organizações nacionais.

Por que e para que? Há vários autores americanos que discutem a questão de forma acadêmica ou a partir da observação do cenário doméstico e internacional.

Andrew Bacevich, por exemplo, afirma que o fim da guerra Fria na verdade, não chegou a marcar nenhum tipo de mudança profunda nas atitudes do país em relação à sua política externa.

Apoiado em argumentos levantados anteriormente por conceituados historiadores norte-americanos como Charles Beard e William Appleman Williams, Bacevich afirma que a política externa norte-americana sempre se caracterizou pelo desejo de expandir-se em direção aos mercados estrangeiros para beneficiar sua própria economia, desde os primeiros anos da República.

Ele ratifica Beard quando este afirma que a própria Constituição dos Estados

Unidos foi elaborada nos primórdios com a finalidade exclusiva de encorajar a burguesia, proteger a propriedade privada e estabelecer instrumentos financeiros para promover seu desenvolvimento econômico, apesar de mascarar-se atrás de justificativas morais democráticas.

Um enfoque histórico, aliás, considerado ofensivo para os defensores da elevada ética liberal anglo-saxônica, que acabou colocando Charles Beard no limbo, causando sérios danos à sua reputação acadêmica e levando-o a ser tachado de ‘conspirador’ e de ‘apologista do fascismo’.

Bacevich condena a política dos Falcões em promover essa forma de imperialismo econômico através de intervenções estrangeiras e as denuncia, não apenas como um fenômeno contemporâneo, mas como um processo que teve início há muito tempo atrás, com a expansão dos Estados Unidos pelo Pacífico e Caribe em 1898.

Alerta ainda que esse tipo de política, em sua roupagem moderna de globalização, talvez não seja a mais adequada para os interesses dos Estados Unidos, por promover rancor, inveja, ressentimento e desejo de revide nas nações violentadas e porque esses sentimentos negativos, a médio prazo, poderão se reverter contra a população civil norte-americana de uma forma muito mais violenta do que a que já ocorreu no 11 de Setembro.

Outros autores importantes versam sobre o assunto com um enfoque contrário ao de Bacevich, são Michael Hardt e Antonio Negri, que em seus trabalhos, vêem os Estados Unidos como uma peça fundamental para o desenvolvimento de um novo regime global de poder internacional e de soberania.

Hardt e Negri se apoiam em idéias neo-marxistas, pós-colonialistas e pós-modernas e nas várias teorias que dão suporte ao fenômeno da globalização, ao analisar o novo Império a ser liderado pelos Estados Unidos com um enfoque mais liberal, dando à questão do idealismo dialético uma ênfase muito maior do que ao idealismo materialista, além de discutir sobre todos os males do imperialismo global.

Nessa linha, questionam também os vários dilemas que envolvem o desenvolvimento de identidades nacionais e a maneira que pensadores e escritores dos países colonizados tentam articular suas identidades culturais, utilizando o conhecimento produzido por eles para defender interesses nacionalistas.

Outro aspecto importante dessa obra é discussão feita pelos autores sobre as formas que a literatura das potências colonizadoras foi utilizada para justificar o colonialismo através da perpetuação da imagem do nativo como um ser inferior, debatendo os conceitos binários de estruturas opostas de Deleuze e adotando essa oposição para justificar a vocação de dominar do colonizador. Segundo eles, os ‘founding fathers’ adotaram essa postura desde os primórdios da República, no processo de expansão para o Oeste e no relacionamento com a população indígena considerada “sub- humana, parte do ambiente natural” ou “simplesmente, um elemento particularmente espinhoso da natureza, merecedores de guerra contínua que promovessem sua expulsão ou eliminação”.

Apesar da maioria das críticas e análises a respeito do Imperialismo norte-americano tenderem a posicionar-se à esquerda do ‘*spectrum*’ político, há também alguns críticos de extrema-direita como o ativista Patrick Buchanan, que insistem que no fato de que o país se mantenha ‘uma República, não um Império.’

Como seus pares, Buchanan é xenófobo: enfático opositor à imigração ilegal e às intervenções norte-americanas no exterior argumenta em seus trabalhos que os governantes modernos dos Estados Unidos têm traído os princípios que levaram a fundação de seu país ao se intrometer excessivamente em questões fora do território nacional e que ações intervencionistas como as que têm sido levadas a cabo é que são as principais responsáveis por agressões terroristas ao povo americano, como os ataques do 11 de Setembro.

Recentemente, Patrick J. Buchanan publicou um artigo no World Net Daily News comentando os distúrbios que têm perturbado a ordem civil na França, utilizando a expressão “os romanos conquistaram os bárbaros – e os bárbaros conquistaram Roma” para explicar como grandes impérios podem desaparecer nas mãos dos povos que dominaram um dia.

Nesse trabalho, ele afirma ainda que os impérios do Ocidente estão destinados a perecer nas mãos dos filhos de imigrantes que um dia foram súditos e colonos dos impérios europeus e cita como exemplo os ataques terroristas com bombas aos metrô de Londres e de Madri, bem como todos os tumultos ocorridos em Paris e no interior da França.

A defesa desse tipo de política conservadora e apoiada nos antigos valores

democráticos dos “founding fathers” tem sido interpretada – e criticada - por muitos observadores internos e externos nos Estados Unidos como uma forma contemporânea do retrogrado isolacionismo que um dia evitou que aderissem à Liga das Nações, representando uma postura de ‘avestruz’ e demonstrando total desconhecimento das conseqüências que envolvem o desenvolvimento da moderna tecnologia da comunicação e da conjuntura globalizada que hoje domina todos os continentes, mas é uma opinião que encontra eco em muitos membros mais esclarecidos da sociedade norte-americana.

Um outro historiador britânico, Niall Ferguson - especialista em História econômica e financeira e professor em Harvard, Oxford e Stanford - em seus livros “Cash Nexus: Money and Power in the Modern World, 1700-2000” (2001), “Empire: How Britain Made the Modern World” (2003) e “Colossus: the Rise and Fall of the American Empire” (2004), faz um trabalho revisionista que desafia muitas das visões ortodoxas da História.

Em “Cash Nexus”, ele procura argumentar contra a utilização exagerada da justificativa econômica como elemento impulsionador da maioria das ações humanas ao longo do tempo e defende a intervenção dos Estados Unidos em uma série de acontecimentos mundiais por sua importância internacional e pela responsabilidade advinda dessa posição.

Ao contrário da visão negativa apresentada por Hardt e Negri na obra discutida nos parágrafos anteriores, Ferguson faz uma análise neutra do Império que está em construção, buscando muito mais os seus aspectos positivos, que os negativos.

Ele se pergunta se os Estados Unidos são o novo império mundial, apesar de todas as enfáticas negações do governo norte-americano nesse sentido. Apesar de ter conquistado dois estados soberanos nos últimos dois anos, de ter mais de 750 instalações militares espalhadas por todos os continentes e apesar de sua intenção de ‘estender os benefícios da liberdade para todos os cantos do mundo, George W. Bush continua afirmando que ‘a América não é, e jamais foi um Império’ e o secretário da Defesa, Donald Rumsfeld reforça o discurso da Casa Branca, dizendo que ‘nós não somos imperialistas’.

Ao fazer sua análise da questão, Ferguson os contradiz, argumentando que os Estados Unidos se transformaram no mais poderoso império que o mundo já viu e que suas ambições são de globalizar os mercados livres, as regras de lei e os tipos de governo representativos espalhados por todo o planeta. Ao mesmo tempo em que ambicionam um

império em escalas absolutamente únicas na história da humanidade, não se dão conta da enormidade de compromissos e custos implicados a longo prazo na manipulação de homens, tempo e dinheiro que fazem parte intrínseca de um império.

Para Ferguson, o grande problema que se abate sobre esse império em construção é que seus líderes têm-se utilizado escalas cada vez mais irreais em suas intervenções estrangeiras e, sobretudo, negam-se a reconhecer seu papel de hiperpotência e assumir as conseqüentes responsabilidades globais implicadas em tal poderio. Ele faz uma crítica severa à miopia crônica que tem caracterizado a política doméstica e alerta que quando o momento de ruptura chegar, implodindo o sistema, nada poderá segurar a queda de um Colossus que ele afirma ter os pés de barro.

Um outro historiador e cientista político francês, Michel Todd, reforça a tese de Ferguson, apoiando-se numa comparação que faz entre o império norte-americano e o império romano. Ele afirma que há muitos analistas internacionais que preferem que esse paralelo seja traçado com Atenas, por seu caráter cultural e comercial, mas que na realidade, o império americano apresenta as mesmas características da dominação militar que marcou o império romano.

Hilferding, Lenin, Kautsky, Rosa de Luxemburgo, Kipling, Hardt e Negri, Bacevich, Buchanan e Ferguson. Vozes distintas, enfoques múltiplos, posições opostas. Um mesmo tema: o imperialismo. Seja ele clássico, marxista, conservador, 'humanitário' ou cultural, resta apenas observar que, independentemente de suas origens, justificativas ou enfoques teóricos, nunca deixou de demonstrar que seu verdadeiro intuito é o processo de expansão territorial.

Independentemente de qualquer justificativa moral ou prática, o imperialismo real não soma, nem agrega, nem ampara. Ao contrário, ele é aquele que gera a exploração da riqueza bruta e da mão de obra barata de um país por outro, é o que molda a economia 'atrasada' do dominado de forma a atender os interesses do dominador, é o que mantém a população nativa na pobreza. E mais, quando esse imperialismo é conseqüência de algum tipo de conquista militar, é ele quem promove a violação das liberdades civis e dos direitos humanos dos conquistados, que são subjugados sem qualquer consideração ética ou moral.

Se esse é o caminho adotado pelos Estados Unidos na alvorada do novo

milênio e se essas são as premissas que devem ser analisadas pela sociedade moderna, quais seriam os instrumentos utilizados por seu governo para criar a infra-estrutura necessária para impor-se sobre o mundo?

O militarismo. O realismo. Uma política externa dominada por intelectuais da defesa e por políticos agressivos e belicosos. Ou seja, um bom tema para ser desenvolvido em um próximo artigo.

### **Notas e referências bibliográficas.**

*Imperium* é um termo latino que pode ser traduzido como poder. Na Roma antiga, indicava medida de poder e o conceito legal de uma autoridade formal. Um cidadão que tivesse sido investido de *imperium* pelas autoridades senatoriais ou populares tinha autoridade absoluta no âmbito de sua magistratura, mas podia ser vetado ou contrariado legalmente por um outro magistrado que fosse investido de grau mais elevado de *imperium*. Hoje, o termo é visto como o poder que o Estado investe em uma pessoa para que ela faça o que considerar o melhor para os interesses desse mesmo Estado.

Conforme o Dicionário Oxford de Língua Inglesa, um dicionário publicado pela Oxford University Press. Considerado o mais completo de todos os que tratam da língua inglesa, compreende cerca de 190.500 entradas principais, além de 157.000 combinações e derivativos, 169.000 frases e combinações e 2.412.400 citações ilustrativas.

LENIN. Imperialismo, fase superior do capitalismo. Tradução de Olinto Beckerman. Global Editora e Distribuidora: 1982

Rudolf Hilferding (1877 - 1941) Judeu rico, médico, publicou vários livros de economia sob o enfoque marxista e teve grande influência no pensamento de Lênin e dos bolcheviques russos. Trabalhou no jornal *Neue Zeit* (1907-1915), fundado por Karl Kautsky. Depois da 1ª. Guerra tornou-se editor chefe do *Freiheit* (1918-1922) e foi ministro das finanças da Alemanha em 1923 e 1928. Morreu na prisão após torturas que lhe foram infligidas pela Gestapo. Muito de sua discussão sobre o capitalismo pode ser encontrada em sua obra 'O Capital Financeiro'.

HILFERDING, Rudolf O capital financeiro, São Paulo, Abril Cultural, 1985, col. Os Economistas.

KARL KAUTSKY (1854-1938) Considerado o sucessor de Engels na liderança da escola marxista do pensamento, foi compilador e editor da 'Teoria da Mais Valia' de Karl Marx, fundador do Die Zeit e líder político da Social-democracia alemã. Ele foi contrário tanto à agressão alemã na 1ª. Guerra Mundial, quanto à conduta dos bolcheviques na Rússia após a revolução de 1917. Apesar de suas contribuições para a teoria econômica pura terem sido relativamente pequenas, ele assumiu o manto da ortodoxia marxista ao responder aos desafios que recebia tanto interno, quanto externamente, da escola marxista. Foi o principal oponente da interpretação revisionista de Eduard Bernstein (1899), foi protagonista durante o debate sobre o Cálculo Socialista (1907), e foi também árbitro nos debates que ocorreram dentro do marxismo a respeito da teoria da crise do imperialismo. Sua principal contribuição individual para a economia foi estender a teoria marxista para a agricultura (1899).

GARCIA, Carolina. Imperialismo. in Projeto Lapsi Caracas. Universidade Nacional Experimental "Simon Rodrigues".

Joseph Rudyard Kipling (1865-1936) foi um poeta e escritor britânico, nascido na Índia. Autor de 'O livro das Selvas' e "Kim", do poema "Gunga Din" e de vários contos. Hoje é visto por muitos como racista, anti-semita e ardoroso defensor do imperialismo ocidental por causa de seu poema "O fardo do homem branco", utilizado como ponto de referência para justificar toda a qualquer atitude expansionista sobre povos considerados inferiores culturalmente.

KIPLING, Rudyard. Rudyard Kipling's Verse: Definitive Edition. Doubleday: New York: 1929)

O Destino Manifesto era uma adaptação americanizada da ideologia daquele imperialismo providencialista e sob o ponto de vista teológico, uma versão secularizada da idéia bíblica do povo eleito, escolhido pelo Todo Poderoso para incorporar aos Estados Unidos todas as regiões adjacentes em uma missão moral.

Cecil John Rhodes (1853-1902) foi umas das figuras mais importantes no processo de expansão européia e colonização da África no século XIX. Empresário britânico rico e bem sucedido, foi o fundador do estado de Rhodesia, na África. Rodhesia (dividida em Norte e Sul) eventualmente tornou-se Zâmbia e Zimbábue. Rhodes obteve lucros extraordinários através da pilhagem de reservas naturais do sul da África e após sua morte, legou sua

fortuna para criar uma sociedade secreta imperialista e instituir uma Bolsa de Estudos que leva seu nome, com a finalidade de financiar os estudos de futuras lideranças políticas que pudessem ajudar a Inglaterra a continuar estendendo seu domínio sobre todo o mundo produtivo. Dentre os beneficiados por esses fundos, estão o ex-presidente Bill Clinton e J. William Fullbright. A bolsa é oferecida pelas universidades de Yale, Harvard, West Point e Princeton, nos Estados Unidos e pela universidade de Oxford, na Inglaterra.

O conceito de Super-homem, tragicamente emprestado da Gaia Ciência de Nietzsche pelos nazistas.

O uso do termo ‘falcão’ ou ‘hawk’ na política norte-americana tem sido usado desde a Guerra de 1812 contra a Inglaterra e descreve políticos – em geral Republicanos – com posições agressivas em relação à guerra e que pretendiam a posição do governo ou de organizações econômicas nacionais em relação a seus pares internacionais. Contrapõe-se ao termo ‘pomba’ ou ‘dove’ que indica políticos que defendem uma política conciliadora e pacifista, contrária à guerra ou que a aceitam apenas como último recurso.

Andrew Bacevich é professor de Relações Internacionais na Universidade de Boston. Graduado pela Academia Militar dos Estados Unidos, ele recebeu seu PhD em História Diplomática dos Estados Unidos pela Universidade de Princeton. Antes de justar-se à Universidade de Boston em 1998, ele ensinou em West Point e na Universidade Johns Hopkins.

BACEVICH, Andrew J. American Empire. Harvard University Press: Cambridge, 2002

HARDT, M e NEGRI, A. Império. Tradução de Berilo Vargas. Ed. Record: Rio de Janeiro, 2002.

BUCHANAN, P. , 2005.